

Neste espaço são abordadas as questões relacionadas com a legislação fiscal e tributária, aplicadas às instituições espíritas.

ELEIÇÃO NA CASA ESPÍRITA – 2ª Parte –

Dúvidas e comentários: ricardo.ric.silva@gmail.com

O Espiritismo, que abrange em seu corpo doutrinário todas as situações da vida, oferece-nos vários ensinamentos que podem ser aplicados ao tema, diretamente ou por analogia, podendo-se destacar os seguintes trechos, extraídos das obras neles indicadas:

“Aquele que tem a intenção de organizar um grupo em boas condições deve, antes de tudo, assegurar-se do concurso de alguns adeptos sinceros, que levem a doutrina a sério e cujo caráter, conciliador e benevolente, seja conhecido. Formado esse núcleo, ainda que de três ou quatro pessoas, estabelecer-se-ão regras precisas, seja para as admissões, seja para a realização das sessões e para a ordem dos trabalhos, regras às quais os recém-vindos terão de se conformar.”

(KARDEC, Allan. Organização do Espiritismo in: Revista espírita: jornal de estudos psicológicos, ano 4, p. 538, dez. 1861. Trad. Evandro Noleto Bezerra. 3. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro: FEB, 2010.)

“Stuar em posição clara e definida as aspirações sociais e os ideais espíritas cristãos, sem confundir os interesses de César com os deveres para com o Senhor. [...]

Distanciar-se do partidário extremo. Paixão em campo, sombra em torno.

Em nenhuma oportunidade, transformar a tribuna espírita em palanque de propaganda política, nem mesmo com sutilezas comovedoras em nome da caridade.

O despistamento favorece a dominação do mal.

Cumprir os deveres de cidadão e eleitor, escolhendo os candidatos aos postos eletivos, segundo os ditames da própria consciência, sem, contudo, enleiar-se nas malhas do fanatismo de grei.

O discernimento é caminho para o acerto.

Repelir acordos políticos que, com o empenho da consciência individual, pretextem defender os princípios doutrinários ou aliciar prestígio social para a Doutrina, em troca de votos ou solidariedade a partidos e candidatos.

O Espiritismo não pactua com interesses puramente terrenos.

Não comerciar com o voto dos companheiros de Ideal, sobre quem a sua palavra ou cooperação possam exercer alguma influência.

A fé nunca será produto para o mercado humano.

Por nenhum pretexto, condenar aqueles que se acham investidos com responsabilidades administrativas de interesse público, mas sim orar em favor deles, a fim de que se desincumbam satisfatoriamente dos compromissos assumidos.

Para que o bem se faça, é preciso que o auxílio da prece se contraponha ao látego da crítica.

Impedir palestras e discussões de ordem política nas sedes das instituições doutrinárias, não olvidando que o serviço de evangelização é tarefa essencial.

A rigor, não há representantes oficiais do Espiritismo em setor algum da política humana.”

(VIBRA, Waldo. Conduta espírita. Pelo Espírito André Luiz. 31. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: FEB, 2011. Cap. 10, p. 46.)

Recusar várias funções simultâneas nos campos social e doutrinário, para não se ver na contingência de prejudicar a todas, compreendendo, ainda, que um pedido de demissão, em tarefa espírita, quase sempre equivale a ausência lamentável.

O afastamento do dever é deserção.

Efetuar compromissos apenas no limite das próprias possibilidades, buscando solver os encargos assumidos, inclusive os relacionados com as simples contribuições e os auxílios periódicos às instituições fraternais.

Palavra empenhada, lei no coração.”

(VIBRA, Waldo. Conduta espírita. Pelo Espírito André Luiz. 31. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: FEB, 2011. Cap. 18, p. 72.)

As obras espíritas denominadas complementares ou subsidiárias, por guardarem perfeita sintonia com a Codificação Kardequiana, nos esclarecem que no Plano Espiritual superior vigora o princípio da meritocracia na escolha das lideranças, vale dizer, à medida em que a alma se depura recebe ela mais responsabilidades em relação aos seus irmãos de retaguarda, conforme se pode verificar abaixo:

“Rezam as tradições do mundo espiritual que na direção de todos os fenômenos, do nosso sistema, existe uma Comunidade de Espíritos puros e eleitos pelo Senhor Supremo do Universo, em cujas mãos se conservam as rédeas diretoras da vida de todas as coletividades planetárias.

Essa Comunidade de seres angélicos e perfeitos, da qual é Jesus um dos membros divinos, [...]

(XAVIER, Francisco C. A caminho da luz. Pelo Espírito Emmanuel. 37. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: FEB, 2012. Cap. 1, item A comunidade dos Espíritos puros, p. 46.)

Oportuno ressaltar, neste ponto, os comentários de Narcisa, a prestimosa amiga do Espírito André Luiz, ao referir-se à Ministra Veneranda, nobilíssima entidade da Colônia Espiritual “Nosso Lar”:

– O salão da Ministra Veneranda – continuou Narcisa, animadamente – é também esplêndido recinto, cuja conservação nos merece especial carinho. Todo o nosso préstimo será pouco para retribuir as dedicações dessa abnegada serva de Nosso Senhor. Grande número de benefícios, neste Ministério, foram por ela criados para atender aos mais infelizes. Sua tradição de trabalho, em “Nosso Lar”, é considerada pela Governadoria como das mais dignas. É a entidade com maior número de horas de serviço na colônia e a figura mais antiga do Governo e do Ministério, em geral. Permanece em tarefa ativa, nesta cidade, há mais de duzentos anos.

(XAVIER, Francisco C. Nosso Lar. Pelo Espírito André Luiz. 61. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: FEB, 2010. Cap. 32, p. 211.)